



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

6.ª SESSÃO LEGISLATIVA

SUMÁRIO

Págs.

Relatório da reunião das Mesas dos Grupos Nacionais e Preparatória da IV Assembleia Parlamentar da CPLP	181
Resolução:	
N.º 75/IX/13 – Dá assentimento ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional à República de Cuba	185
N.º 78/IX/2013 – Substitui o Sr. Deputado Alcino Martinho de Barros Pinto pelo Sr. Deputado Jorge Amado, no Conselho Superior de Defesa	186
Carta:	
– Do Sr. Liberato Mata Moniz	186
– Da Comissão Eleitoral Nacional ao Presidente da Assembleia Nacional – Informa sobre o Sistema Informático da Comissão Eleitoral Nacional	188
– Do Grupo Parlamentar do ADI – Pede agendamento de um debate com o Primeiro-Ministro	189
– Do Banco Central de São Tomé e Príncipe – Envia o extracto da Conta Nacional de Petróleo ...	189

**Relatório da reunião das Mesas dos Grupos Nacionais e Preparatória da IV Assembleia
Parlamentar da CPLP
Brasília, 27 e 28 de Maio de 2013**

Nos dias 27 e 28 de Maio de 2013, realizou-se em Brasília a Reunião das Mesas dos Grupos Nacionais e Preparatória da IV AP-CPLP, na qual participaram representantes dos Paramentos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

A Reunião foi presidida pelo Sr. Deputado Estanislau Aleixo da Silva, Presidente do Grupo Nacional do Parlamento Nacional de Timor-Leste à AP-CPLP. Compuseram ainda a Mesa a Sra. Deputada Joana Lina Ramos Baptista, Vice-Presidente da Assembleia Nacional de Angola, e o Sr. Deputado Albertino Homem dos Santos Sequeira Bragança, Deputado à Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe. Tendo sido dado início aos trabalhos passou-se à apresentação e aprovação da agenda da reunião, a saber:

1. Estratégias de afirmação da AP-CPLP;
2. Revisão dos Estatutos da CPLP;
3. Revisão do Estatuto e Regimento da AP-CPLP – questões identificadas por Timor-Leste;
4. Comissões da AP-CPLP;
5. Site da AP-CPLP;
6. Data, local e eventuais temas da Agenda da IV AP-CPLP;
7. Sede Fixa, Secretariado Permanente e Quotização;
8. Missões de Observação Eleitoral.

I – Após apreciação, a agenda de trabalhos foi aprovada, tendo sido discutidos e apreciados cada um dos pontos dela constantes, em relação aos quais os participantes convergiram nas seguintes conclusões e recomendações:

1. Estratégias de afirmação da AP-CPLP

Os participantes foram unânimes na necessidade de reafirmar a posição da Assembleia Parlamentar como órgão político da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e de serem adoptados mecanismos que permitam à AP desenvolver as suas actividades e cumprir os seus objectivos.

Manifestar preocupação com a revisão dos Estatutos da CPLP aprovada na XVII reunião ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, que decorreu em Maputo em 19 de Julho de 2012, no que respeita à Assembleia Parlamentar.

Recomendar à Presidência da Assembleia Parlamentar que desenvolva diligências junto da Presidência da CPLP, para que cada órgão da Comunidade possa desempenhar democraticamente as suas funções.

2. Revisão dos Estatutos da CPLP.

Recomendar que Timor-Leste, Moçambique e Portugal procedam à reflexão e definição das estratégias de afirmação da AP-CPLP, submetendo à Presidência da AP-CPLP as suas conclusões e recomendações, com vista à apresentação de uma proposta para discussão na IV AP-CPLP que expresse a posição da Assembleia Parlamentar.

Para o efeito, Timor-Leste partilhou com os demais Paramentos um documento com a descrição das alterações introduzidas na recente revisão dos Estatutos da CPLP, para utilização como base de trabalho para o estudo mais desenvolvido da questão. Inda neste ponto, recomendar aos Paramentos que desenvolvam uma articulação interna com os respectivos governos, no sentido de clarificar o processo que conduziu às alterações relativas à AP-CPLP na revisão dos Estatutos da CPLP.

3. Revisão do Estatuto e Regimento da AP-CPLP – Questões identificadas por Timor-Leste

Reiterar a necessidade do grupo de trabalho criado no âmbito da Comissão 1 da AP- Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação - durante a III Assembleia Parlamentar, com a finalidade de estudar e apresentar propostas para a revisão do Estatuto e Regimento da AP-CPLP, se reunir.

Para o efeito, os participantes indicaram os seus representantes atuais no referido grupo de trabalho (cfr. Anexo I).

Foi proposta a realização, em Lisboa, de um encontro do grupo de trabalho, a agendar em data anterior à realização da IV AP-CPLP, na segunda quinzena de agosto.

Antes do encontro do Grupo de Trabalho, a Presidência da AP-CPLP enviará aos Parlamentos as questões já identificadas por Timor-Leste relativamente às alterações a introduzir no Estatuto e Regimento da Assembleia Parlamentar.

4. Comissões da AP- CPLP

Os participantes indicaram os seus representantes atuais nas Comissões da Assembleia Parlamentar (cfr. Anexo II). O Brasil comprometeu-se a enviar à Presidência da AP-CPLP, o mais brevemente possível, os seus representantes nas comissões, Angola comprometeu-se a enviar, logo que concluído o processo de composição do Grupo Nacional, os seus representantes nas Comissões.

Os participantes concluíram na necessidade de definir os responsáveis, em cada Parlamento, pelas comunicações com a Presidência da AP-CPLP e entre os Parlamentos, comprometendo-se a indicar esses responsáveis à Presidência da AP-CPLP até meados do mês de Junho.

Comprometem-se igualmente, na mesma data, em enviar à Presidência da AP-CPLP a composição actualizada do Grupo Nacional de cada Parlamento à AP-CPLP.

Timor-Leste partilhou com os demais representantes os documentos de trabalho preparados para as Comissões (propostas de planos de actividades), comprometendo-se os Parlamentos a remeterem à Presidência da AP-CPLP os seus comentários e Sugestões no mais curto espaço de tempo.

5. Site da AP-CPLP

Foi reiterada a necessidade de, na IV Assembleia Parlamentar, ser apresentado e lançado oficialmente o *site* da AP-CPLP.

Para o efeito, Timor-Leste, em articulação com Portugal, procederá à actualização do *site*, comprometendo-se os demais Parlamentos a, após comunicação para o efeito pela Presidência da AP-CPLP, apresentarem no prazo de 15 dias os seus comentários, sugestões e eventuais documentos para conclusão do *site*.

Os participantes comprometeram-se a enviar atempadamente à Presidência da AP-CPLP as propostas de logótipo para a Assembleia Parlamentar, de modo a permitir a sua apreciação e aprovação na IV AP-CPLP.

6. Data, local e eventuais temas da Agenda da IV AP-CPLP

Os participantes congratulam-se com a realização da IV AP-CPLP em Angola, em Outubro deste ano.

Para o efeito, Angola compromete-se a enviar à Presidência da AP-CPLP as datas específicas para a realização da IV AP-CPLP, articulando com Timor-Leste a marcação da reunião e a preparação da agenda.

Os participantes manifestaram o seu agrado com o anúncio da realização da V AP-CPLP em Dili, em cumprimento do estabelecido no Estatuto da Assembleia Parlamentar, tendo em conta que Timor-Leste assumirá a presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP em 2014.

Apelaram no sentido da V Assembleia Parlamentar se realizar nos primeiros meses do ano de 2014.

7. Sede Fixa, Secretariado Permanente e Quotização

Concordaram na importância de se realizar um estudo mais aprofundado sobre os temas em questão.

Angola comprometeu-se a desenvolver o estudo que realizou sobre o tema na sequência do estudo elaborado por São Tomé e Príncipe e a apresentá-lo à Presidência da AP-CPLP.

8. Missões de Observação Eleitoral (MOE)

Reiterou-se a importância da participação da Assembleia Parlamentar nas MOE, concluindo-se no sentido de serem desenvolvidos mecanismos que permitam uma articulação prévia e uma boa coordenação com o órgão executivo da CPLP, bem como a definição de critérios claros para a designação dos observadores e dos presidentes das missões.

II – Rede das Mulheres da AP-CPLP

Antes do encerramento dos trabalhos, a Presidente da Rede das Mulheres da AP-CPLP, Deputada Josefa Soares do Parlamento Nacional de Timor-Leste, informou ter havido concordância no envio, por parte de todos os Parlamentos, até ao final do mês de Junho, dos respectivos relatórios relativos à implementação do plano de acção aprovado em Dili, em Setembro de 2011.

A Rede das Mulheres Parlamentares informou da intenção de realizar jornadas aquando da realização da IV AP-CPLP.

Finalmente, todos os participantes manifestaram o seu agradecimento e reconhecimento a Timor-Leste e ao Brasil pela organização da reunião e acolhimento em Brasília.

Brasília, aos 28 de maio de 2013.

Vice-Presidente da Assembleia Nacional de Angola, *Joana Lima Ramos Baptista*.

Deputada à Câmara dos Deputados do Brasil, *Janete Pietá*.

Deputado à Assembleia Nacional de Cabo Verde, *Armindo Maurício*.

Deputado à Assembleia Nacional Popular da Guiné Bissau, *João Sedibá Sané*.

Deputada à Assembleia da República de Moçambique, *Margarida Adamugi Talapa*.

Deputado à Assembleia da República de Portugal, *Adriano Rafael Moreira*.

Anexo I

Grupo de trabalho com a finalidade de estudar e apresentar propostas de alteração do Estatuto e do Regimento da AP-CPLP	
Parlamentos	Deputados Membros
Coordenação	Deputado Estanislau Aleixo da Silva
Parlamento Nacional de Timor-Leste	Deputado Eduardo de Deus Barreto
Assembleia Nacional de Angola	Deputado Panzo Joaquim
Câmara de Deputados do Brasil	Deputada Janete Pietá
Assembleia Nacional Popular de	Deputado João Sedibá Sané

Guiné Bissau	
Assembleia da República de Moçambique	Deputado Hélder Ernesto Injojo
Assembleia Nacional de Cabo Verde	Deputado Mário Ramos Pereira Silva
Assembleia da República de Portugal	Deputado Adriano Rafael Moreira
Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe	Deputado José da Graça Viegas Santiago

Anexo II
Comissões
Mandato 2011/2012

Comissão 1 Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação	
Parlamentos	Deputados Membros
Presidente Assembleia Nacional de Angola	A indicar
Vice-Presidente Assembleia Nacional Popular de Guiné Bissau	Deputado João Sedibá Sané, efectivo
Secretário Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe	Deputado José da Graça Viegas Santiago
Assembleia Nacional de Angola	A indicar
Câmara de Deputados do Brasil	A indicar
Assembleia Nacional de Cabo Verde	Deputado José Manuel Gomes Andrade Deputado Mário Ramos Pereira Silva
Assembleia Nacional Popular de Guiné Bissau	Deputado Augusto Olivais, suplente
Assembleia da República de Moçambique	Deputada Margarida Talapa Deputado Hélder Ernesto Injojo
Assembleia da República de Portugal	Deputado Miguel Coelho Deputado Adriano Rafael Moreira
Parlamento Nacional de Timor-Leste	Deputado Eduardo de Deus Barreto Deputada Josefa Soares
Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe	Deputada Domitília Trovoada da Costa

Comissão 2 Economia, Ambiente e Cooperação	
Parlamentos	Deputados Membros
Presidente Câmara de Deputados do Brasil	A indicar
Vice-Presidente Assembleia da República de Moçambique	Deputado Casimiro Waty
Secretário Parlamento Nacional de Timor-Leste	Deputado Estanislau Aleixo da Silva

Assembleia Nacional de Angola	A indicar
Assembleia Nacional de Cabo Verde	Deputado Fernando Elísio Leboucher Freire de Andrade Deputada Cláudia Sofia Marques Rodrigues
Assembleia Nacional Popular de Guiné Bissau	Deputado Augusto Poquena, efectivo Deputada Martina Moreira Moniz, suplente
Assembleia da República de Moçambique	Deputado Hélder Ernesto Injojo
Assembleia da República de Portugal	Deputada Elza Pais Deputada Ângela Guerra
Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe	Deputado Domingos José da Trindade Boa Morte Deputada Maria das Neves de Ceita Batista de Sousa
Parlamento Nacional de Timor-Leste	Deputada Maria Fernanda Lay

Comissão 3 Língua, Educação, Ciência e Cultura	
Parlamentos	Deputados Membros
Presidente Assembleia Nacional de Cabo Verde	Deputado Armindo Cipriano Maurício
Vice-Presidente Assembleia da República de Portugal	Deputado Arménio Santos
Secretário Assembleia Nacional de Angola	A indicar
Assembleia Nacional de Angola	A indicar
Câmara de Deputados do Brasil	A indicar
Assembleia Nacional de Cabo Verde	Deputado Mário Gomes Pereira Silva
Assembleia Nacional Popular de Guiné Bissau	Deputado Augusto Olivais Deputado João Sedibá Sané
Assembleia da República de Moçambique	Deputada Eva Dias Deputada Nyeleti Mondlande
Assembleia da República de Portugal	Deputado Carlos Pascoa Gonçalves
Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe	Deputado Albertino Homem dos Santos Sequeira Bragança Deputada Celmira Sacramento
Parlamento Nacional de Timor-Leste	Deputado Francisco Miranda Branco Deputado Virgílio Marçal

Resolução n.º 75/IX/13

Tendo em conta o pedido de assentimento formulado pelo Presidente da República, através da sua missiva datada de 3 de Junho do corrente ano;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

É dado assentimento, nos termos do n.º 1 do artigo 85.º da Constituição, para o Presidente da República ausentar-se do Território Nacional pelo período solicitado, a partir do dia 14 de Junho, com destino à República da Cuba, em missão oficial de serviço, a convite do seu homólogo Cubano, com o regresso previsto para Domingo, dia 23 de Junho de 2013.

Artigo 2.º

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 12 de Junho de 2013.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Alcino Martinho de Barros Pinto*.

Resolução n.º 78/IX/2013

Substituição do Sr. Deputado Alcino Martinho de Barros Pinto pelo Sr. Deputado Jorge Amado, no Conselho Superior de Defesa.

Tornando-se necessário proceder à substituição de um membro, pela Assembleia Nacional, no Conselho Superior de Defesa, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 41.º da Lei n.º 8/10 – Revisão da Lei n.º 2/94, de 27 de Maio (Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas);

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

É substituído o Sr. Deputado Alcino Martinho de Barros Pinto pelo Sr. Deputado Jorge Amado, como representante da Assembleia Nacional no Conselho Superior de Defesa.

Artigo 2.º

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 12 de Junho de 2013.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Alcino Martinho de Barros Pinto*.

Carta do Sr. Liberato Mata Moniz

Exmos. Senhores

Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe
Procurador-Geral da República de São Tomé e Príncipe

C/C:

Sua Excelência o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe
Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe

Sua Excelência o Primeiro-Ministro e Chefe do Governo de São Tomé e Príncipe

Excelências,

Após 30 anos de acompanhamento intensivo da política que se faz em São Tomé e Príncipe e, trinta e sete anos após a independência, pressupunha-se que hoje fôssemos um país credível, com elevado reconhecimento internacional, com uma política económica e social estruturada e onde as instituições não dependessem, obrigatoriamente, de vontade política de quem eventualmente estivesse no poder.

Nesses termos, acreditei, desde a primeira hora, que o objectivo máximo dos políticos são-tomenses fosse estruturar o País, criar uma linha de desenvolvimento exequível, de continuidade e sobretudo de rumo sustentável. Em especial, na continuidade da máxima confiança que o povo delegou nos governantes, ficou em mim a convicção de união entre todos, de justiça para todos e de participação colectiva na criação e divisão de riqueza e de uma sociedade civil activa e participava nas questões do País.

Excelências, é para mim cada vez mais confrangedor, em conversa com amigos e possíveis investidores no País, constatar que São Tomé e Príncipe se apresenta como ameaça pelo não funcionamento dos tribunais, não funcionamento do aparelho administrativo do Estado, pela falta de confiança nos políticos e, sobretudo, pela instabilidade governativa em que vivemos há anos.

Outro mais, acrescenta-se aos factos acima mencionados, os constantes casos de alegados actos de corrupção que inexoravelmente desconhecem, efectivamente, uma conclusão.

Trinta e sete anos após a independência, pode-se dizer que nos tornamos mais pobres, com menos crédito no plano nacional e internacional, criámos à custa do País falsos ricos e fixámos como meta a elevação de casos de corrupção sem qualquer resolução e uma implacável descaracterização do aparelho da justiça e de desacreditação dos fazedores da Justiça.

Assim, permitam-me que faça as seguintes considerações:

Porque julgo que é o momento de alavancarmos e refundarmos o País, colocando São Tomé e Príncipe na senda do desenvolvimento sustentável e fazermos sonhar os são-tomenses com um futuro não de constantes desastres mas sim de beleza, alegria e felicidade pura;

Porque julgo que a ineficiência ou a não justiça no País eleva-nos para patamares de um Estado que não respeita os seus compromissos, prejudicando consecutivamente e permanentemente o País e os investidores interessados;

Porque acredito que não podemos, permanentemente e conforme circunstâncias, culpabilizarmo-nos uns aos outros na praça pública sem qualquer culpa formada, tendo como objectivo máximo a descrédito dos outros e a resolução dos nossos problemas pessoais;

Porque não podemos, circunstancialmente, continuar a depender da vontade «divina» dos outros;

Porque na direcção do País, salvo raras excepções, tem sido um eterno regresso à ribalta de pessoas directamente ligadas a casos de presumível corrupção não esclarecidos, prejudicando, sobremaneira, a imagem, a seriedade, a credibilidade e a transparência nos assuntos de elevado interesse para São Tomé e Príncipe;

Porque acredito que todos, cada um na sua dimensão e propósitos, queremos o melhor para o País, venho, em meu nome pessoal e de todos os são-tomenses que se revêm no que atrás expus, deixar à reflexão de vossas excelências uma única, simples e singela questão:

Como se justifica que passados tantos anos e com tantos casos de eventual corrupção que interessa esclarecer para o bem da Nação são-tomense, não se tenha até hoje chegado a qualquer veredicto?

Para avivar a memória de todos e para que possamos ter presente os factos deixo aqui alguns exemplos de alguns processos que particularmente me chocam.

1. Casas pré-fabricadas;
2. Execução da estrada de Neves;
3. Construção do aeroporto de São Tomé;
4. Os vários casos GGA (GGA 1, GGA 2, GGA 3, GGA 4...);
5. ESAGRI e a recuperação das empresas agrícolas;
6. Rosema;
7. ERHC e os eventuais prejuízos causados ao País;

8. STP-Trading e outros casos da Câmara do Comércio;
9. Doca de Pesca;
10. Construção do Palácio da Justiça e o seu eventual financiamento;
11. Execução da nova sede do Banco Central – Primeiro concurso;
12. Apoio de Marrocos;
13. Branqueamentos de capitais;
14. Barcos piratas;
15. Bónus de assinatura de acordo com China (Taiwan);
16. Estudo para ampliação do Aeroporto de São Tomé;
17. Venda da empresa ENCO;
18. Cunhagem de moedas;
19. EMOLVE/AGRIPALMA;

20. SYNERGIE.

Certo da premência da resposta à questão aqui deixada e acreditando que Vossas Excelências como eu acreditam que é preciso reverter e credibilizar cada um de nós, as instituições, os órgãos de soberania e a Nação em geral, subscrevo-me na expectativa de finalmente acreditar na justiça que se pretende para o País.

Lisboa/São Tomé, 21 de Junho de 2013.

Liberato Mata Moniz.

Carta da Comissão Eleitoral Nacional ao Presidente da Assembleia Nacional

Exmo. Senhor
Director do Gabinete do Presidente da Assembleia Nacional

São Tomé

Ofício n.º 037/CEN/2013

Assunto: Sistema informático da CEN.

Excelência,

Em resposta à Vossa Nota Ref.149/GPAN/2013, datada de 3 de Julho de 2013, na qual solicitam informações pertinentes e detalhadas sobre a evolução dos trabalhos de correcção dos problemas existentes no Sistema informático da CEN, cumpre-nos informar o seguinte:

1. Os trabalhos de correcção e instalação de melhorias no sistema prosseguem e têm decorrido a bom ritmo;
2. Desde a chegada do técnico da Novameric a 9 de Junho de 2013 e dos equipamentos, cerca de uma semana depois, já foram realizadas as seguintes tarefas:
 - a) Backup de dados do antigo Servidor;
 - b) Instalação de hardwares, como:
 - Novo servidor;
 - Impressoras;
 - Switchs;
 - Cabeamentos;
 - UPS;
 - Estação de trabalho (equipamentos que permitem trabalhar sem recurso ao servidor);
3. Reparação dos kits de recenseamento;
4. Conversão e transferência de dados de demarcação de eleitores antigos com novos dados de demarcação;
5. Conversão de banco de dados do antigo para o novo banco de dados;
6. Instalação de nova aplicação no novo servidor;
7. Importação de dados convertidos para o novo servidor.

Como atrás referimos, os trabalhos prosseguem faltando ainda:

1. Conclusão e instalação do novo software, que esperamos, sejam realizadas ainda esta semana;
2. Verificação das duplicações (a famosa lavagem);
3. Verificação de eleitores com credencial em falta (foto, assinatura e outras corrompidas);
4. Impressão de Caderno Eleitoral no novo servidor;
5. Teste com novo software nos kits de recenseamento;
6. Apresentação e demonstração do desempenho do novo sistema.

De acordo com as previsões, os trabalhos deverão ficar concluídos no início da próxima semana.

Após a conclusão dos trabalhos técnico-informáticos, remeteremos à Assembleia Nacional um mapa-calendário, com as acções subsequentes, visando a realização do Recenseamento Eleitoral, tendo em vista as próximas eleições.

É tudo quanto se nos oferece informar, sobre o assunto em epígrafe.

Comissão Eleitoral Nacional, em São Tomé, 3 de Julho de 2013.

O Presidente da Comissão Eleitoral Nacional, *Victor Correia.*

Carta do Grupo Parlamentar do ADI

Senhor Presidente
da Assembleia Nacional

Assunto: Debate com o Primeiro-Ministro (artigo 228.º)

A Constituição da República define os poderes da Assembleia Nacional, para a fiscalização dos actos do Governo e da Administração Pública.

No uso destes poderes, os Deputados e os grupos parlamentares têm competência para fiscalizar, legislar, apresentar projectos de lei, interpelar e fazer perguntas ao Governo e realizar debates com o Primeiro-Ministro, nos termos da Secção IV do artigo 228.º.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, designadamente alínea h) do artigo 17.º, alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º, conjugado com o artigo 228.º, todos do Regimento da Assembleia Nacional, vimos solicitar a abertura de um debate com o Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, nos termos da secção IV do artigo 228.º.

Ordem do dia do debate com o Primeiro-Ministro:

Concurso, importação, comercialização e consumo de arroz importado pela Firma Modelo Alimentação Neves, Lda.

Com os nossos melhores cumprimentos.

São Tomé, 8 de Julho de 2013.

O Presidente do Grupo Parlamentar, *Idalécio Quaresma*.

Carta do Banco Central de São Tomé e Príncipe

Exmo. Sr. Secretário-Geral
da Assembleia Nacional

São Tomé

N/Ref.028/DOG/MPC/ABC/13

Assunto: Envio do extracto da conta nacional de petróleo junto ao Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Ao abrigo do artigo 18.º da Lei n.º 8/2004 – Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas, vimos pela presente enviar os extractos de conta n.º 4711101RDSTP, conta nacional de petróleo junto ao Banco Central de São Tomé e Príncipe, dos juros Overnight decorridos nos períodos de 30/04/13 a 01/05/13, 1/05/13 a 2/05/13, 2/05/13 a 3/05/13, 3/05/13 a 6/05/13, 6/05/13 a 07/05/13, 7/05/13 a 8/05/13, 8/05/13 a 9/05/13, 9/05/13 a 10/05/13, 10/05/13 a 13/05/13, 13/05/13 a 14/05/13, 14/05/13 a 15/05/13, 15/05/13 a 16/05/13, 16/05/13 a 17/05/13, 17/05/13 a 20/05/13, 20/05/13 a 21/05/13, 21/05/13 a 22/05/13, 22/05/13 a 23/05/13, 23/05/13 a 24/05/13, 24/05/13 a 28/05/13, 28/05/2013 a 29/05/2013, 29/05/13 a 30/05/13 e 30/05/2013 a 31/05/2013.

Até a data de contabilização dos juros em 3/06/2013, o saldo da referida conta era de USD 7 236 116 61, conforme o movimento de transacção em anexo.

Com os nossos melhores cumprimentos.

Direcção de Operações Gerais do Banco Central São Tomé e Príncipe, aos 7 de Junho de 2013.

P.P. Banco Central de São Tomé e Príncipe.



Extracto de conta



Data Inicial: 03/05/2013

Data Final: 03/06/2013

Conta: 4711101 - RDSTP-FED.C/NAC.DO PETROLEO-US

Moeda da Conta: USD

Moeda do extracto: USD

Saldo inicial 7.235.838,57 - CREDOR

Movimentos

Saldo de Conta

	Data	Descrição do Movimento	Débito	Crédito	Devedor	Credor
1	03-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 30/04/2013 À 01/05/2013	0,00	27,22		7.235.865,79
2	03-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 01/05/2013 À 02/05/2013	0,00	25,28		7.235.891,07
3	06-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 02/05/2013 À 03/05/2013	0,00	25,28		7.235.916,35
4	07-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 03/05/2013 À 06/05/2013	0,00	64,17		7.235.980,52
5	08-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 06/05/2013 À 07/05/2013	0,00	15,56		7.235.996,08
6	09-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 07/05/2013 À 08/05/2013	0,00	11,67		7.236.007,75
7	10-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 08/05/2013 À 09/05/2013	0,00	7,78		7.236.015,53
8	13-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 09/05/2013 À 10/05/2013	0,00	7,77		7.236.023,30
9	14-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 10/05/2013 À 13/05/2013	0,00	29,17		7.236.052,47
10	15-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 13/05/2013 À 14/05/2013	0,00	9,72		7.236.062,19
11	16-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 14/05/2013 À 15/05/2013	0,00	5,83		7.236.068,02
12	17-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 15/05/2013 À 16/05/2013	0,00	11,67		7.236.079,69
13	20-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 16/05/2013 À 17/05/2013	0,00	5,83		7.236.085,52
14	21-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 17/05/2013 À 20/05/2013	0,00	11,67		7.236.097,19
15	22-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 20/05/2013 À 21/05/2013	0,00	1,94		7.236.099,13
16	23-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 21/05/2013 À 22/05/2013	0,00	1,46		7.236.100,59
17	24-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 22/05/2013 À 23/05/2013	0,00	1,46		7.236.102,05
		Saldo a transportar				7.236.102,05

	Data	Descrição do Movimento	Movimentos		Saldo de Conta	
			Débito	Crédito	Devedor	Credor
1	27-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 23/05/2013 À 24/05/2013	0,00	1,94		7.236.103,99
2	28-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 24/05/2013 À 28/05/2013	0,00	7,78		7.236.111,77
3	30-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 28/05/2013 À 29/05/2013	0,00	1,94		7.236.113,71
4	31-05-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 29/05/2013 À 30/05/2013	0,00	1,45		7.236.115,16
5	03-06-2013	LANÇAMENTO JURO OVERNIGHT DE 30/05/2013 À 31/05/2013	0,00	1,45		7.236.116,61
Totais:			0,00	278,04		